



MAMÃE E MAMÃE? A FAMÍLIA HOMOMATERNAL

Yáskara Arrial Palma¹
Marlene Neves Strey²
Andressa Botton³

Quando pensamos na definição de família, logo nos vêm à mente aquela idéia que nos é passada ao longo de nosso processo cultural, de um homem, uma mulher, uma ou duas crianças, e um cachorro, talvez. Porém, essa constituição é fruto do mundo contemporâneo em que vivemos, pois se voltássemos no tempo e parássemos no século XV, poderíamos visualizar uma cena do cotidiano das famílias da época, onde em um mesmo espaço físico, se encontravam inúmeras pessoas coabitando, independente de laços sanguíneos. Nesse tempo, as crianças eram criadas por todos e o sentimento de família nuclear ainda não havia sido construído (Ariès, 1981).

Concomitante com essas transformações na constituição das famílias, há um sistema socialmente construído, que se manteve e se mantém, o patriarcado, instaurando uma hegemonia masculina, onde o homem- pai, ou patriarca, detém o poder e submete a mulher aos seus caprichos e vontades. Mas nem sempre foi assim, estudos discutem que anterior ao patriarcado, existia um outro sistema, o matrilinear, onde a sociedade era organizada de maneira diferenciada, havia uma matriarca que liderava seu povo, principalmente no âmbito político. Porém as religiões monoteístas se impuseram por força e repressão, destruindo povos que cultuavam deusas, crenças politeístas e seguiam costumes matriarcais (Prado, 1986).

Voltemos então àquela idéia inicial da família. Esse contexto também se encontra em processo de transformação, mas para que isso pudesse ocorrer, o patriarcado precisou sofrer abalos. Esses abalos tiveram como principais autores os movimentos feministas, que através de muitas lutas e reivindicações, conseguiram criar leis que asseguravam o direito das mulheres. Logo, algumas mulheres se recusaram a continuar no papel de subalternas de seus maridos e do cárcere privado do lar, e se mantiveram no mercado de trabalho. Além disso, muitas passaram a não aceitar mais serem vítimas de violência físicas e psicológicas, como comumente acontecia, com a violência naturalizada (Scott, 2002, Colling, 2004, Strey, 2004).

1 Psicóloga, Mestranda CNPq em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, yaskarapalma@yahoo.com.br.

2 Psicóloga, Profa. Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pesquisadora CNPq.

3 Psicóloga, Mestranda CNPq em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



Além dos movimentos feministas, os movimentos lésbicos, homossexuais, bissexuais, transgêneros e transexuais tiveram papel de grande importância nesse declínio do patriarcado, principalmente em relação ao apoio para que *gays* e lésbicas assumissem sua orientação homossexual para familiares e sociedade. E lésbicas e *gays* passaram a buscar sua cidadania de maneira plena, onde não fossem discriminadas (os) em função de sua orientação sexual em trabalhos e lugares públicos, bem como não fossem mais consideradas (os) “desviantes” ou com condutas psicopatológicas. Esses movimentos sociais impulsionaram a retirada do rótulo de doença dos manuais psiquiátricos e legitimaram a homossexualidade como uma orientação sexual (Uziel, 2007, Grossi, 2005, Zambrano, 2006).

O processo de transformação da idéia de família, até então constituída, direciona os holofotes para outros tipos de família. Essas transformações familiares são abordadas por Wagner (2002, 2005), que apresenta como a atualidade percebe essas novas configurações. Famílias monoparentais, onde a criança mora somente com a mãe ou com o pai, recompostas, onde após separação, uma outra família se constitui, e junta-se as crianças do casamento anterior com as do novo casamento; famílias *gays* e lésbicas, onde as crianças vivem com duas mães ou dois pais, famílias que optam por não terem filhos, casais que moram juntos, sem casamento civil nem religioso são objetos de estudos de teses e dissertações.

Pensando na constituição da família, os casais de *gays* e lésbicas podem fazer uso de diversas formas para exercerem a homoparentalidade. Dentre elas, através de um casamento anterior heterossexual, no caso da família recomposta. Por adoção, que já apresenta muitas evoluções no caso do registro de ambas as mães ou os pais, através da inseminação artificial e também da co-parentalidade, com um dos membros do casal gerando o filho com uma mulher ou homem, sendo que esse passa a fazer parte do núcleo homoparental (Zambrano, 2006, Passos, 2005).

Entre tantas diversidades familiares, nossa atenção volta-se para as famílias constituídas por lésbicas e seus filhos e filhas. Mulheres que se auto-identificam enquanto lésbicas, que assumiram seus desejos e resolveram contestar a heteronormatividade ainda vigente em nossa sociedade. São mulheres que lutam por sua independência, crescimento profissional, e principalmente, pelo direito de amar outra mulher e não ser vítima de preconceito em função de sua orientação sexual. Essa luta torna-se ainda mais presente pelo fato de, além de ir contra as normas impostas pela sociedade, dizendo não ao casamento heterossexual, ainda são mulheres, fatores esses que ainda, infelizmente, provocam um duplo preconceito na atual sociedade (Anjos, 2000, Gomide, 2007).



Surge então, em 1997, na França, através da Associação dos pais e futuros pais *gays* e lésbicas (APGL), um termo para designar as famílias constituídas por casais de lésbicas e *gays*, as famílias Homoparentais. Para constituir uma homoparentalidade, há a necessidade, então, da situação na qual pelo menos um adulto, que se autodesigna homossexual, é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança (Zambrano, 2006). Esse termo, entretanto, é questionado em função de não existir uma nomenclatura semelhante para as famílias heterossexuais, então porque teria que existir uma para as famílias *gays* e lésbicas? Porém, quando algo é nomeado, fica em evidência, auxiliando no aumento da visibilidade dessas famílias (Uziel; Grossi; Mello, 2006, Mello, 2005).

Neste estudo, utilizamos perspectivas teóricas dos estudos de gênero, o que nos faz pensar que homoparentalidade não seria o termo ideal para tratar de famílias constituídas por mulheres. A nomenclatura pai se remete à pessoa do sexo masculino, repetindo a hegemonia masculina e reiterando o poder da dominação em relação ao feminino, que uma linguagem sexista pode exercer (Colling, 2004). Como o masculino não serve para designar as mulheres, logo, o uso do termo Homomaternidade se encaixa melhor em nosso estudo, e então surgem as Famílias Homomaternais, remetendo à mulheres lésbicas e seus filhos e filhas.

Para apresentar algumas famílias homomaternais, analisamos alguns discursos dessas mulheres que vivem com seus filhos e filhas e suas companheiras, coletados através de entrevistas narrativas. Esses discursos são produzidos pela cultura e produzem sentidos, que subjetivam os sujeitos, através das práticas discursivas (Spink; Medrado, 2000). Conhecer como ocorreu o processo do reconhecimento enquanto lésbica, a maternidade, além de compreender como essa maternidade se relaciona com a lesbianidade nos permite visibilizar a dinâmica dessas famílias contemporâneas e ainda não tão conhecidas. Visibilizar essas questões, com o intuito de que uma sociedade ainda heterossexista e patriarcal perceba que a hegemonia binária está sofrendo rupturas, vem ao encontro de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em busca da felicidade...

Constituir uma família que vai contra as normas de uma sociedade requer muita estrutura psíquica e redes de apoio. Para isso, seguir os sentimentos, os desejos, sem deixar que eles fiquem escondidos ou à margem foi de suma importância para que muitas participantes chegassem à condição de satisfação pessoal. Nem sempre esse comportamento é conseguido, pois o preconceito existente pode ser tão danoso que faz com que inúmeras lésbicas forcem uma relação heterossexual



em função de uma heteronormatividade. O trecho abaixo nos apresenta uma prática discursiva onde seguir a felicidade foi tido como mais importante do que seguir um discurso médico ultrapassado:

“... Eu só acho assim, que as pessoas tem que ter, não ter vergonha do que sentem, não pensar nos outros, do que os outros vão falar, não, em primeiro lugar, que ela seja feliz, e o resto é resto. Que nem falam, ah, o homossexualismo é doença, não é doença, é um sentimento igual aos outros. Todo mundo fala, ah, nasceu doente, eu acho que nós somos bem mais realistas em assumir o que realmente a gente quer, então, não tem problema nenhum...” P1.

Por não representar a “normatividade” heterossexual e não seguir as regras do sistema patriarcal, a lesbianidade convive com preconceitos e sofre com essa invisibilidade. A invisibilidade traz isolamento e sentimentos negativos, pois muitas vezes os homossexuais deixam de freqüentar lugares para não passarem por situações constrangedoras (Anjos, 2000). Então, o preconceito existente ainda é tão freqüente que muitas participantes ainda têm que lidar com seus próprios medos e defesas, muitas vezes impedindo e postergando a plena realização do desejo.

Além desse preconceito da sociedade e das próprias lésbicas, a grande maioria das famílias dessas mulheres também apresenta dificuldades em lidar com essa questão dentro de suas famílias. Em pesquisas realizadas com lésbicas no interior e na capital do Rio Grande do Sul, aparecem esses momentos familiares. Esse fator torna ainda mais complexa a convivência com o estigma social que a homossexualidade impõe, pois além de não receber apoio da sociedade, a família, que seria lugar de aceitação e afeto, também se coloca contrária ou indiferente à orientação sexual da filha (Palma; Levandowski, 2008, Piason, 2008).

O seguimento a seguir apresenta essa dificuldade de entender e compreender o desejo por alguém do mesmo sexo, seguido da falta de compreensão da família de origem:

“... Então eu fiquei muito confusa, foi muito difícil, foi a primeira mulher que eu fiquei, e foi tudo muito novo, eu fiquei muito mal, sabe, bem confusa mesmo. Inclusive comecei minha graduação assim, fugindo das pessoas, não sabendo o que dizer quando me perguntavam sobre coisas pessoais, se eu tinha marido, então dava o intervalo eu corria pra biblioteca ou pro bar, pra não ficar junto e não precisar falar dessas questões, tem só duas colegas que falei, que pude ser sincera, com o resto não... P4.

Apresentando a Homomaternidade através de discursos...

A homomaternidade ocorre de diversas maneiras, sendo que cada família é uma e se constitui de modos específicos. Algumas mulheres vêm de um relacionamento heterossexual prévio, talvez pelo desejo por outra mulher ter ficado tão escondido, em função de uma construção cultural, onde a heterossexualidade é compulsória. Nesse relacionamento com um homem, tiveram filhos e/ou filhas, que se juntam em um novo arranjo familiar com outra mulher e constituem uma família homomaterna, conforme seguimento descrito abaixo:



“... Maternidade foi um sonho, eu sempre, desde a adolescência, sempre tive vontade de ter filhos. Me descobri com dezesseis anos, que eu gostava de mulheres, mas mesmo assim quis ter uma relação para ter uma família, faz, na verdade, quatro anos recém que eu sou assumida, e meu sonho sempre foi ter, eu quero ter mais um no final do ano, só que aí vai ser meu e dela, porque eu tenho dois, a Ana Carolina e o Marco Antônio, que foram concebidos casada, com homem, que era sonho mesmo, vontade de ter..” P1.

Porém, muitas mulheres já reconhecem seu desejo por outra mulher desde muito cedo, compartilhando da vivência de uma família através dos filhos e filhas de suas companheiras. Quando nenhuma das mulheres do casal possuem filho (a), a adoção ou a inseminação artificial são modos de constituir uma família homomaterna, como no caso das famílias apresentadas a seguir:

“... A gente trabalha em uma instituição, no abrigo, nós duas trabalhamos lá... então lá no abrigo tinha a A., que fiquei muito próxima à ela, desde que ela chegou, com dois meses. Era sempre eu quem cuidava dela, até que chegou um dia que a mãe perguntou se a gente queria ficar de vez com ela, e desde então a guarda da A. é só minha...” P2. “... Foi em São Paulo... ele nos disse que era como uma relação sexual, 20% de chances, bem matemático assim, porque a inseminação não tem segredo nenhum, tu tem que ir no período fértil, a única coisa é que tu toma a medicação pra ovulação intensificar né, e pode vir dois, três, quatro, cinco, na fertilização in vitro, mas tinha a possibilidade de ter gêmeos...” P6.

Podemos vislumbrar que aquela idéia inicial sobre família, apresentada nas páginas anteriores começa a se modificar neste cenário contemporâneo, e o conceito de família passa a ter seu significado ampliado, re-entendido e re-inventado. E vem sendo assim desde que a família foi inventada, construída culturalmente. É uma unidade de constante mutação, pois precisa dar conta das transformações que ocorrem na sociedade, e essa, se encontra em um momento de valorização dos direitos humanos, logo, abrindo espaço para a diversidade, para o não-normativo.

Mas, apesar de a diversidade ser palavra de ordem nos discursos, talvez não tenha tanta presença nas práticas. As vivências apresentadas por essas mulheres que moram com suas companheiras e seus filhos e filhas também passam por momentos de preconceito, tanto por parte da sociedade, quanto das próprias famílias de origem. Esse fator aponta que ainda, apesar dos movimentos lésbicos e gays terem conquistados inúmeros espaços, é preciso conviver com construções culturais que são permeadas pelo patriarcado, e principalmente, que seguem uma heteronormatividade compulsória (Palma; Levandowski, 2008, Piason, 2008).

“... É, do sangue. Então com isso a gente teve que lidar, ela veio visitar os bebês meio tarde, tipo com dois meses... então eu diria que foram os próprios filhos, dando o lugar de vó, que ela ocupou o lugar, foi um movimento deles, foram os nossos filhos que convocaram ela, tu é vó...” P6. “... Aqui é assim, todo mundo sabe, mas eu mantenho muita discrição, muito respeito sabe, a gente fala isso, acho que até por isso que a gente tá junto, sabe, porque para a sociedade ainda não é uma coisa ainda liberal...” P5. “... Foi muito complicado, porque pra minha mãe é muito difícil, ela não aceita, nos respeita, mas duvido que foi isso que ela sonhou pra mim, se ela pudesse escolher, ela não escolheria essa família pra mim...” P3.

Para além do preconceito, seguindo o arco-íris...



Apesar de ainda passarem por muitos momentos e situações de preconceito e sofrimento, a felicidade de viverem com quem amam e terem a possibilidade de construir uma família, tendo como base o desejo e o afeto, supera os sentimentos negativos. Essa perspectiva exige vencer os preconceitos internos, da família e também da sociedade, principalmente no sentido de retirar o rótulo do imaginário das pessoas e não somente na escrita de um manual de psiquiatria:

“... Olha, é normal, pra mim é normal, somos uma família feliz.” P3 “... Eu acho que as pessoas têm muita necessidade de saber as coisas, de saber como é, e é uma vida normal, como qualquer outra, que existe quando tu tá a fim de transar e quando tu não tá, quando tu tá de saco cheio da pessoa, existe brigar por causa do dinheiro, normal sabe, uma família normal, com filho...” P5.

A maternidade encontrou um espaço para se constituir através dessas novas tecnologias de fertilização, e o que parecia ser impossível se fez possível, possibilitando outras maneiras de ser mãe:

“... Foi tranqüilo, a maternidade apareceu né, comecei a ver que comecei a trocar a palavra psiquiatra por pediatra né, e daí apareceu, uma coisa que eu nem sabia, e aí uma realização minha, eu tenho toda uma representação de coisas boas, apesar de todo o trabalho, todo o reordenamento, de tu é mulher, agora tu é mãe, isso foi muito interessante...” P6.

Essas falas são recortes de um estudo que tem como objetivo principal apresentar à sociedade outras possibilidades de ser família, que divergem das regras e normas de uma cultura em processo de amplificação de sentidos. As famílias homomaternais existem e precisam ser respeitadas em todos seus direitos, possuem uma atmosfera de amor e respeito, bem como um cuidado com suas filhas e filhos.

À medida que os estudos com essa mesma temática se ampliam, maior será o espaço conquistado por essas famílias, pois a visibilização colabora para que exista uma reflexão em cima do instituído e possibilita que os sentidos possam ser ressignificados. Essa ressignificação vai ao encontro de uma sociedade mais justa, onde a diversidade seja respeitada e todas e todos sejam tratados de maneira igualitária.

Não existe uma receita a ser seguida para a busca da “família ideal”: “... *E eu acho que para pesquisa o principal que eu queria transmitir da nossa experiência é que foi a nossa, que um outro casal pode se organizar de outra maneira..*”. P6. E como diz a mensagem da participante, as famílias se organizam conforme conseguem, conforme sua capacidade psíquica permite. A busca sempre será do alcance da felicidade, sem preconceitos e estereótipos, seguindo o caminho do arco-íris até encontrar o pote de ouro, esteja ele onde e na forma que estiver.

Bibliografia



- ANJOS, G. *Identidade sexual e identidade de gênero: Subversões e permanências*. *Sociologias*, v.4, n.1, p. 274-305, 2000.
- ARIÈS, P. *História Social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. L.; PREHN, D. R. *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- GOMIDE, S. Formação da identidade lésbica: Do silêncio ao *queer*. In: GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. ; MELLO, L (orgs), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- GROSSI, M. P. *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MELLO, L. *Novas famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- PALMA, Y. A.; LEVANDOWSKI, D. C. (2008). Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, [online], v. 13, n. 4, out/dez, p. 771-779, 2008.
- PASSOS, M. C. A. Nem tudo que muda, muda tudo: Um estudo sobre as funções da família. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org), *Família e Casal: Efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.
- PIASON, A. S. *Uma questão de gênero: (Re) Construindo espaço de visibilidade às lésbicas*. Dissertação de mestrado não-publicada em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- PRADO, D. *O que é família?* 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- SCOTT, J. *Fantasy echo: História e a construção da identidade*. *Labrys: Estudos Feministas*, n. 1-2, jul/dez, 2002.
- STREY, M. N. Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L., PREHN, D. R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (org). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2000.
- UZIEL, A. P. *Homossexualidade e Adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- _____. UZIEL, A. P.; GROSSI, M. P ; MELLO, L. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 481-487, 2006.
- WAGNER, A. *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.



ZAMBRANO, E. et al. *O direito à homoparentalidade: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*, 2006.